



AMAURI SEGALLA

MERCADO S/A

amaurisegalla@diariosassociados.com.br

ANCORADA EM UMA ESTRATÉGIA AGRESSIVA DE LANÇAMENTOS, A XIAOMI ULTRAPASSOU A APPLE PARA SE TORNAR A VICE-LÍDER DO MERCADO GLOBAL DE CELULARES

Chinesa Xiaomi amplia investimentos no Brasil

Os chineses não estão para brincadeira. Segunda maior fabricante de celulares do mundo, a Xiaomi vai inaugurar, até o fim do ano, seis lojas no país (Campinas, Curitiba, duas no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). Atualmente, a empresa possui duas unidades na capital paulista, mas os projetos agora são mais ambiciosos. “Já somos a companhia que mais homologa produtos na Anatel no Brasil e contamos com uma rede extensa de 7 mil pontos de vendas no varejo”, afirma Luciano Barbosa, diretor da Xiaomi no Brasil. “Nosso objetivo com as novas lojas é ampliar presença física em outras localidades.” Ancorada em uma estratégia agressiva de lançamentos — desde 2019, colocou no mercado 500 produtos, dos quais 33 eram smartphones —, a Xiaomi ultrapassou recentemente a Apple para se tornar a vice-líder do mercado global de celulares. A Samsung continua no topo, com 19% de participação, mas já é perseguida de perto pela rival, com 17%.

Reprodução



RAPIDINHAS

Depois de lançar em Belo Horizonte o SulAmérica Direto, plano de saúde que oferece atendimento regional, a empresa fechou parceria com a Clínica Humaniza para ampliar os serviços de atenção primária à saúde. A partir de agora, os clientes na capital mineira podem realizar consultas com os profissionais do novo parceiro.

A SulAmérica vem ampliando suas investidas na atenção primária desde 2019. Atualmente, além de Belo Horizonte, os clientes contam com 22 clínicas espalhadas por cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Curitiba e Brasília. Segundo a empresa, o atendimento tem abrangência nacional, podendo ser feito via teleconsulta.

A companhias aéreas brasileiras alcançaram nos 15 primeiros dias de agosto 70% do volume de voos que decolavam no período pré-pandemia. Também é o quarto mês consecutivo de aumento da oferta de voos domésticos. Em 2021, agosto só ficou atrás de janeiro, nas férias escolares. A expectativa é de que o último trimestre será melhor ainda.

A Latam Airlines atingiu ontem a marca de 80 milhões de vacinas transportadas no Brasil em 1.115 voos, desde janeiro. Segundo a empresa, o volume representa mais da metade (53%) de todas as vacinas movimentadas pelo setor aéreo brasileiro, o que torna a companhia a líder dessa operação no país.

Reprodução



Visões diferentes de mundo provocam racha no agronegócio

O agronegócio brasileiro está prestes a passar por grande cisão. De um lado, a turma alinhada com as pautas do governo, em geral pouco afeitas a questões ambientais e que prega o avanço do agro a qualquer custo. É o time que deseja ver a boiada passar, como disse o ex-ministro Ricardo Salles. De outro está a geração conectada com a nova era corporativa, que discute temas como manejo sustentável, inovação e diversidade no trabalho. O choque entre as duas correntes é cada vez mais visível.

Gestores estão mais pessimistas com a Bolsa

Uma hora a conta ia chegar. Os ruídos políticos associados à deterioração do quadro fiscal destruíram as perspectivas para a Bolsa brasileira. Ontem, foi mais um dia de sangria no preço das ações negociadas na B3. Não à toa, o otimismo dos gestores caiu ao menor nível desde 2018. É isso o que mostra uma pesquisa do Bank of America (BofA). Segundo o estudo, o percentual de investidores que apontam as ações como a melhor classe de ativos no Brasil caiu de 70% em julho para 40% agora.

Mudança no sistema de crédito pode liberar R\$ 600 bilhões em investimentos

O Ministério da Economia realiza hoje audiência virtual para debater o anteprojeto de lei que prevê mudar o sistema de garantia de crédito do país. O evento contará com convidados internacionais, incluindo representantes da ONU e do Banco Mundial. “É uma proposta que vai aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais, com potencial para liberar R\$ 600 bilhões em investimentos no médio prazo”, diz Fabio Rocha Pinto e Silva, coordenador do grupo de trabalho que redigiu o anteprojeto.

Antonio Cruz/Agência Brasil



Bloquear estradas com caminhoneiros será uma tragédia para o próprio agronegócio

Blairo Maggi, ex-ministro da Agricultura e um dos maiores produtores de soja do mundo

16,68%

é quanto as contas de luz deverão subir, em média, no ano que vem, segundo cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O aumento é fruto da crise hídrica no país

CONGRESSO / Câmara aprova MP que autoriza o presidente da República a criar cargos e funções comissionadas a serem ocupadas por pessoas de fora do serviço público. Para a oposição, medida equivale a uma minirreforma administrativa. Matéria será avaliada pelo Senado

Espaço para nomeações políticas

» JORGE VASCONCELOS
» VERA BATISTA

Por 309 votos a 128, o plenário da Câmara aprovou, ontem, o parecer do deputado Acácio Favacho (Pros-AP) à Medida Provisória 1.042/21, que autoriza o Poder Executivo federal a transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. Para a oposição, que tentou obstruir a votação, o texto amplia os poderes do presidente da República para fazer nomeações políticas. Segundo o deputado Ivan Valente (Psol-SP), a MP favorece “a compra de apoio político, a corrupção”.

Na prática, a MP extingue mais de 30 formas de funções. Inclusive transforma os cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS) em Cargos Comissionados Executivos (CCE). Vladimir Nepomuceno, diretor da Insight Assessoria Parlamentar, diz que o problema está aí. “Os DAS, hoje, vão do nível 1 ao nível 6. Os CCE serão do nível 1 ao 18. Na exposição de motivos fica claro que somente os CCEs de 1 a 4 são para servidores, não sendo admitida para pessoas sem vínculo, em razão da baixa remuneração. Ou seja, os servidores na linha de frente vão ganhar menos, para abrir espaço para cargo político”, diz Nepomuceno.

Segundo o diretor, essa foi também uma “jogada do Executivo” para ocupar o papel do Congresso. “O Decreto 9.021/2017 determinava que 50% dos DAS tinham que ser para servidores. Agora, ele perde a validade e o governo faz uma espécie de minirreforma administrativa”, criticou Nepomuceno. A MP também criou as Funções Comissionadas Execu-

tivas (FCE), exclusivas para o pessoal de fora do serviço público, embora possam ser ocupadas pelo funcionalismo, caso o gestor assim decida.

Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, lamentou a insegurança trazida pela MP. “Parece que essas ações são feitas com dois objetivos: atrair o Centrão e barrar um possível impeachment e agradar alguns setores para elevar a popularidade do presidente. A ex-presidente Dilma Rousseff fez o mesmo, e não deu certo. O Centrão quer a caneta e a chave do cofre. Mas abandona o chefe quando ele está frágil”, afirmou.

Os servidores precisam, agora, ficar atentos ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL), destaca o cientista político Jorge Mizael, diretor da Metapolítica. Isso porque a MP 1.042 está em vigor desde 15 de março, caduca em 25 de agosto e ainda depende da aprovação do Senado e da sanção do presidente.

“Se ela caducar, um PDL do Congresso vai regular as medidas jurídico-administrativas para aqueles que entraram durante a vigência da MP”, explica Mizael. E é nesse momento que a movimentação no Congresso é intensa. O PDL pode determinar que quem já tomou posse continue lá, e as indicações políticas correm o risco de perdurar.

“Essa medida provisória transforma cargos técnicos em comissionados. Esse é o caminho inverso do que esperamos que a administração pública faça. Vai aumentar a interferência política e cair a qualidade”, disse o líder do PDT, deputado Wlney Queiroz (PE). Já Valtenir Pereira (MDB-MT) defendeu a matéria: “A MP reorganiza a estrutura administrativa do governo federal”, disse.

Arthur Menescal/Esp. CB/DA Press - 13/3/18



Para Gil Castello Branco, objetivo parece ser agradar o Centrão, que “quer a caneta e a chave do cofre”

Impasse adia novamente votação do IR

» ISRAEL MEDEIROS

A votação da reforma tributária no Imposto de Renda (PL 2.337/21) na Câmara dos Deputados foi novamente adiada. Os deputados não conseguiram chegar a um acordo no que diz respeito à tributação de dividendos, que hoje são isentos e, pelo projeto, passariam a ser taxados em 20%, com algumas exceções. Dessa forma, requerimento de retirada de pauta, apresentado por partidos de oposição, foi aprovado com 390 votos favoráveis e 99 contrários.

Um grupo de parlamentares defende uma menor alíquota nos dividendos ou uma espécie de escalonamento. Na semana passada, a Frente Parlamentar Pelo Brasil Competitivo entregou ao

relator do projeto, Celso Sabino (PSDB-PA), uma série de sugestões de mudanças. Uma delas propunha limitar a taxa de dividendos a 15%, em uniformidade ao que será pago nas aplicações financeiras.

Entre os parlamentares, há quem defenda a alíquota de 10%. Isso, no entanto, resultaria em uma perda de arrecadação para os municípios, que têm forte lobby no Congresso e querem evitar prejuízos com o projeto. Por isso, representantes dos municípios chegaram a firmar um acordo com o governo e parlamentares para rejeitarem um recurso para apreciação em Plenário do PL 3.776/2008.

O texto reajusta o piso salarial nacional dos professores com ba-

se no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores, o que resultaria em correções menores e mais dinheiro nos cofres municipais. A rejeição do recurso mandaria o projeto diretamente para sanção presidencial.

O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), posicionou-se contra a rejeição do recurso. “É um escândalo que se reduza o reajuste dos professores como moeda de troca para se aprovar o projeto de mudança no Imposto de Renda”

No fim, os deputados votaram a favor do recurso e o projeto dos professores, agora, será apreciado no plenário, sem data definida. Com o acordo fracassado, o temor com a perda de receitas de

» Campos Neto alerta para risco fiscal

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reiterou o alerta sobre o risco de deterioração das contas públicas. Em videoconferência com investidores estrangeiros, ele reconheceu que o aumento das incertezas em torno do novo Bolsa Família e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o adiamento do pagamento dos precatórios estão provocando ruídos excessivos no mercado, uma vez que o governo não deixou claro como vai efetivamente buscar recursos para ampliar o programa que dará lugar ao Auxílio Brasil. “Isso é um fato. E o governo precisa dar uma mensagem mais forte sobre isso”, afirmou.

municípios foi suficiente para adiar a discussão do IR para a próxima semana.

“Para atendermos o pedido da maioria dos parlamentares de reduzir os dividendos para 10% no primeiro ano e depois 20%, temos perda para os municípios. Então a gente atende um lado e desatende outro. Eu sugiro que, em vez de votarmos o texto hoje e os destaques, na próxima semana, deixemos toda a votação para a próxima semana”, disse o líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR).

Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a dizer que não pautaria o projeto se ele resultasse em perda de arrecadação para municípios.